



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° DE 2013
(dos Srs. Vanderlei Macris e Carlos Sampaio)

Solicita a convocação do Ministro da Justiça, **Sr. José Eduardo Cardozo**, para prestar esclarecimentos sobre a conduta do Presidente do Conselho Administrativo de Conselho Econômico – CADE, Sr. Vinícius Marques de Carvalho, que omitiu, nos currículos que apresentou ao Senado Federal, com o fito de lastrearem os procedimentos destinados à apreciação de sua indicação para os cargos de Conselheiro e de Presidente do CADE, o fato de ter trabalhado no Gabinete do Deputado Estadual Simão Pedro (PT/SP), que havia noticiado às autoridades, infrutiferamente até o ano de 2012, suspeitas de formação de cartel entre empresas que participaram de licitações no Estado de São Paulo, em detrimento do erário daquele ente federativo.

Senhor Presidente,

Requeiro que Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e no art. 219, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário, convoque o Ministro da Justiça, **Sr. José Eduardo Cardozo**, para prestar esclarecimentos sobre:

1. a conduta do atual Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Sr. Vinícius Marques de Carvalho, que omitiu, nos currículos que apresentou ao Senado Federal, com o fito de lastrearem os procedimentos destinados à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

apreciação de sua indicação para os cargos de Conselheiro e de Presidente do CADE, o fato de ter trabalhado no Gabinete do Deputado Estadual Simão Pedro (PT/SP), que havia noticiado às autoridades, infrutiferamente até o ano de 2012, suspeitas de formação de cartel entre empresas que participaram de licitações no Estado de São Paulo, em detrimento do erário daquele ente federativo;

2. o vazamento de informações e documentos sigilosos, sob responsabilidade do CADE, à imprensa, assim como a posterior negativa do Órgão em franquear o acesso do Governo de São Paulo a tais informações e documentos.

JUSTIFICAÇÃO

O Jornal “O Estado de São Paulo”, na data de 12 de agosto do corrente ano, publicou matéria com o seguinte teor:

“Política da propina” pagou R\$ 3 bilhões, apontam inquéritos

Dados de investigações realizadas na Alemanha, na Suíça, no Reino Unido, na França e nos EUA mostram que possíveis acertos em licitações e pagamentos de agentes públicos envolvendo a Alstom e a Siemens totalizam R\$ 3 bilhões desde os anos 1990»

As duas empresas são suspeitas de repetir o esquema de cartéis também no Brasil, a partir da mesma década, conforme documentos sigilosos do Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade) revelados nos últimos dias.”

Ao tomarem ciência do teor do material sigiloso que se encontrava em poder do CADE, divulgado a conta gotas pela imprensa brasileira, diversas autoridades, como órgãos do Ministério Público Federal e do Ministério



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Público do Estado de São Paulo, além da Corregedoria-Geral do Estado de São Paulo, buscaram o Poder Judiciário para que lhes fosse franqueado o acesso a tais documentos, conforme demonstra a reportagem abaixo:

“12/08/2013 - 12:36

Caso Siemens: Procuradoria vai à Justiça para ter acesso aos documentos do Cade Material foi apreendido em empresas suspeitas de participação em cartel que agiu em licitações de obras de trens e metrô de SP e do DF

Jean-Philip Struck

Procuradoria quer acesso aos documentos apreendidos em empresas suspeitas (Claudio Gatti)

O Ministério Público Federal em São Paulo entrou na Justiça para ter acesso aos documentos que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) obteve ao longo das investigações sobre o [suposto cartel](#) de empresas que agiu para inflar o valor de contratos metroferroviários no estado e também no Distrito Federal.

Os documentos em questão foram obtidos pelo Cade, autarquia ligada ao Ministério da Justiça, em julho, durante o cumprimento de ações de busca e apreensão nas sedes das empresas suspeitas de formar o cartel.

Ao todo, o MPF entrou com quatro ações contra o Cade em varas federais de São Paulo, de Campinas, de São Bernardo do Campo e do Distrito Federal – cidades e regiões onde estão baseadas empresas suspeitas de integrar o cartel e onde as cortes haviam autorizado as ordens de busca e apreensão. Segundo a Procuradoria, a falta de acesso aos documentos configura uma obstrução nos trabalhos paralelos de investigação sobre o cartel conduzidos pelo Ministério Público Federal.

A Procuradoria é uma das partes do acordo de leniência assinado pela Siemens - a empresa que delatou o cartel - com o Cade. Em troca da colaboração nas denúncias, a Siemens deve ganhar imunidade administrativa e criminal. O acordo também contou com a participação do Ministério Público Estadual. De acordo com o MPF, um pedido formal para ter acesso aos documentos já havia sido feito ao Cade, mas o órgão informou que só o atenderia por ordem judicial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em nota, o Cade lembrou que a Justiça determinou sigilo sobre os documentos apreendidos. A autarquia também afirma que o material ainda está em análise e que não foi possível separar o que é informação sensível – “como sigilo bancário ou relacionadas à intimidade dos investigados”. De acordo com o Cade, somente após a instauração de um processo administrativo será possível separar os documentos e remetê-los ao MPF.

A autarquia também afirmou que em cinco casos anteriores de investigações envolvendo cartéis, mas que foram conduzidos pelo MPF, o Cade também teve que ir à Justiça para pedir acessos a documentos apreendidos.

Esquema – O Caso Siemens, como ficou conhecido o escândalo, estourou em julho. Gigante do setor de engenharia, o conglomerado alemão revelou que pelo menos cinco contratos (quatro em SP e um no DF) foram alvo do cartel entre 1998 e 2007. Somadas, as licitações alcançavam quase 2 bilhões de reais em valores corrigidos.

Um total de vinte empresas teria feito parte do esquema, que também envolveu funcionários públicos que, em troca de subornos, permitiam a operação do cartel. Só a Siemens [afirma ter pago](#) 24 milhões de reais em subornos.

Estimativas apontam que o sobrepreço nos contratos pode ter inflado o custo das obras em até 30%, causado prejuízos de mais de 500 milhões de reais.”

Disponível em: <
<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/procuradoria-vai-a-justica-para-ter-acesso-aos-documentos-do-cade>>.

Na mesma data de 12 de agosto do ano em curso, o jornalista Josias de Souza, publicou em seu *blog* na internet (<<http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br>>) artigo com o seguinte teor:

“Segredo do Cade sobre Siemens ficou ridículo

Todo o dinheiro que escorreu pelo propinoduto das pseudolicitações para a compra de equipamentos eletrônicos no Brasil não daria para vestir as desculpas esfarrapadas que retardam a apuração do caso. Ao se dispor a ajudar o governo a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

iluminar um dos mais impenetráveis porões da perversão nacional, a alemã Siemens guindou o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) às manchetes. Vinculado à pasta da Justiça, o órgão vê-se agora diante de duas alternativas. Numa, elava sua estatura. Noutra, rebaixa o teto.

O Cade recusa-se a compartilhar com a Procuradoria da República as provas que manuseia. Escora sua decisão no argumento de que está obrigado a guardar sigilo. A alegação é ridícula e perigosa. É ridícula porque, no atacado, os dados sobre os quais o Cade senta em cima já ganharam o noticiário. É perigosa porque, no varejo, as informações são essenciais para fazer avançar investigações abertas pelo Ministério Público Federal e pela Promotoria de São Paulo. Num caso de corrupção, o que dizem nunca é tão importante quanto o que informam os documentos.

Em 4 de julho, agentes da Polícia Federal realizaram batidas em quatro cidades: São Paulo, Campinas, São Bernardo do Campo e Brasília. Munidos das pistas fornecidas pela Siemens e de mandados judiciais, recolheram papéis e computadores nos escritórios de gigantes como a francesa Alstom, a espanhola CAF e a canadense Bombardier. Tudo foi repassado ao Cade. O que fez o órgão? Por ora, pouco, muito pouco, pouquíssimo. Decorridos 39 dias, tudo o que a repartição tem a dizer é que “o material está em análise”. Heimmm?!?

“Ainda não foi possível separar o que é informação sensível – tais como aquelas relacionadas a sigilo bancário ou relacionadas à intimidade dos investigados – daquelas que podem comprovar eventuais condutas ilícitas cometidas.” Hummmm!!! O Cade ainda não instaurou um processo administrativo. Se instaurar, não sabe se “será possível delimitar quais são as empresas e pessoas físicas investigadas (que poderão então se defender das acusações), projetos e cidades afetados e o período em que o suposto cartel teria atuado.”

Tomando-se as explicações do Cade a sério, é inevitável concluir que, a despeito da delação da Siemens, o órgão da pasta da Justiça percorre os dados fornecidos e o papelório apreendido como um coelho cego que procura cenoura num deserto. É contra esse pano de fundo que o Cade dificulta a vida de procuradores e promotores. Embaça também o trabalho da Polícia Federal, que também teve negado um pedido de acesso aos dados que pingam no noticiário em ritmo de conta-gotas.

O Cade já havia batido a porta no bico de Geraldo Alckmin (PSDB), que guerreia na Justiça para obter os detalhes da apuração que ronda sua administração e a de seus antecessores tucanos. Até aí, a recusa do Cade podia ser



CÂMARA DOS DEPUTADOS

entendida. O tucanato acha que os investigadores precisam tratá-lo como vítima. Mas quem investiga pode achar que os tucanos precisam mesmo é de interrogatório. Na hora própria, os encrencados serão chamados a se explicar. O que parece inconcebível é inibir o acesso dos órgãos de controle do Estado às provas e aos indícios.

Só com autorização judicial, bateu o pé o Cade. E a procuradora da República Karen Louise Jeanette Kahn, que representara o Ministério Público na assinatura do acordo de delação com a Siemens, viu-se compelida a bater às portas do Judiciário para tentar apalpar os documentos apreendidos. Protocolou quatro petições: uma petição na 4ª Vara Cível de São Paulo; outra na 6ª Vara Cível do Distrito Federal; uma terceira na 8ª Vara Cível de Campinas, e uma última na 3ª Vara Cível de São Bernardo.

Sempre foi assim, alega o Cade. “Desde 2010, mais de cinco casos [de investigação de carteis] seguiram esse trâmite.” Admita-se que seja verdade. Chegou a hora de mudar. Sob pena de flertar com o ridículo. No Brasil, a investigação sobe pela escada, preenche formulário em cinco vias, marca audiência e aguarda pacientemente na ante-sala. A corrupção sobe pelo elevador privativo de autoridades e entra sem bater. Mantido o ritmo, o pé-direito do Cade chegará ao rodapé.”

Também em 12 de agosto de 2013, o CADE emitiu uma nota oficial, informando que:

“Em relação à matéria “Procuradoria vai à Justiça contra o Cade”, publicada nesta segunda-feira (12/8) no jornal Folha de S. Paulo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade esclarece que é o depositário dos documentos recolhidos durante a busca e apreensão cível realizada no dia 4 de julho na sede de empresas investigadas por formação de cartel. A Justiça determinou o sigilo de tais documentos e o Cade vem cumprindo rigorosamente as determinações judiciais.

O material está em análise e ainda não foi possível separar o que é informação sensível – tais como aquelas relacionadas a sigilo bancário ou relacionadas à intimidade dos investigados – daquelas que podem comprovar eventuais condutas ilícitas cometidas. Somente após a instauração de um eventual processo administrativo será possível delimitar quais são as empresas e pessoas físicas investigadas (que poderão então se defender das acusações), projetos e cidades afetados e o período em que o suposto cartel teria atuado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nas investigações de cartel, após a instauração do processo administrativo, o Cade remete informações e documentos que o instruem ao Ministério Público – MP. No estágio atual de investigação, não há ainda separação da documentação e qualquer conclusão sobre o caso.

Nas investigações de cartel em que a busca e apreensão criminal é conduzida pelo MP, o compartilhamento do material apreendido com o Cade também demanda autorização judicial. Desde 2010, mais de cinco casos seguiram esse trâmite.”

Conforme informações disponibilizadas no sítio oficial do CADE (<<http://www.cade.gov.br/Default.aspx?7eb140c95bb047cc59e679cd98bb>>), seu atual Presidente, o Sr. Vinícius Marques de Carvalho, vem ocupando posições importantes na estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência desde agosto de 2008. Naquele mês, ele foi nomeado para o cargo de Conselheiro daquela autarquia, posto que ocupou até fevereiro de 2011. Em março de 2011, o Sr. Vinícius de Carvalho assumiu o cargo de Secretário, na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Finalmente, em 30 de maio de 2012, o então secretário assumiu a presidência do CADE no dia 30 de maio de 2012.

De acordo com o que noticiou o Jornal “O Estado de São Paulo”, em 25 de setembro de 2013,

“Chefe do Cade omite ligação com denunciante de cartel dos trens Presidente de órgão que investiga suspeitas envolvendo setor metroferroviário trabalhou para deputado que denunciou irregularidades, mas não incluiu informação em currículo

25 de setembro de 2013 | 2h12

Andreza Matais e Fábio Fabrini - O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinícius Marques de Carvalho, omitiu em ao menos quatro currículos oficiais ter trabalhado para o deputado estadual Simão Pedro (PT), responsável por representações que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

apontavam suspeitas de formação de cartel, superfaturamento e pagamento de propina envolvendo contratos do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

*Documento da Assembleia Legislativa paulista registra a passagem de Carvalho pela chefia de gabinete de Simão Pedro entre 19 de março de 2003 e 29 de janeiro de 2004. O vínculo não consta de nenhum currículo oficial apresentado por ele desde 2008, quando passou a ocupar cargos no conselho. A omissão ocorreu, inclusive, quando ele viabilizou sua indicação à presidência do Cade pelo Senado em 2012. "Foi provavelmente um lapso", disse ao **Estado** o presidente do Cade.*

O Cade, órgão que regula a concorrência empresarial no País, fechou em maio deste ano um acordo de leniência com a Siemens, empresa alemã detentora de uma série de contratos com o governo paulista nas últimas décadas. Nesse acordo de leniência - em que a empresa assume irregularidades para amenizar sanções futuras -, a Siemens confessou a existência do cartel e disse que ele atuou nas gestões tucanas no Estado entre os anos de 1998 e 2008.

Assim que o conteúdo do acordo veio à tona, em julho deste ano, integrantes do governo Geraldo Alckmin (PSDB) acusaram o órgão federal de vazar informações de forma seletiva motivado por questões políticas.

Simão Pedro, que hoje ocupa o cargo de secretário de Serviços da gestão Fernando Haddad (PT) na capital paulista, afirmou que se trata de uma coincidência o fato de o caso Siemens, denunciado inicialmente por seu gabinete, emergir no Cade após seu antigo assessor ter assumido a presidência do órgão.

Em um documento enviado ao Senado pela então ministra da Casa Civil Erenice Guerra, em 2010, por exemplo, Carvalho lista suas "atividades profissionais" de fevereiro de 2002 a janeiro de 2003 e, na sequência, as de fevereiro de 2005 a fevereiro de 2006. Há um hiato justamente no período em que atuou para o deputado petista. Na ocasião, Carvalho era conselheiro do Cade e estava sendo reconduzido ao cargo. O currículo é detalhado, com nove páginas, elenca oito "atividades profissionais", mas silencia sobre a passagem pelo gabinete de Simão Pedro. Em 2012, a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, também encaminhou o currículo de Carvalho ao Senado. Ela apresentava seu nome para a presidência do Cade por quatro anos. A relação de "atividades profissionais" não mencionou, igualmente, sua passagem pela Assembleia Legislativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os senadores aprovam as indicações para cargos públicos com base em sabatina e no currículo que recebem da Casa Civil. A única menção ao trabalho na Assembleia consta de documento enviado ao Senado em 2008, na primeira indicação de Carvalho para o conselho. Na ocasião, ele informou que foi chefe de gabinete na Assembleia, sem citar o deputado estadual petista.

Os dois históricos profissionais do site do Cade também omitem que Carvalho trabalhou para Simão Pedro.

O deputado apresentou verbalmente suspeitas de irregularidades nos contratos de trens ao Ministério Público paulista em 2010. A representação pedindo investigação foi protocolada meses depois, em fevereiro de 2011. Nela, o deputado mencionava carta de um ex-executivo da multinacional enviada à ombudsman da companhia, detalhando as irregularidades.

Em junho e dezembro de 2012 Simão Pedro fez mais denúncias ao Ministério Público apontando suspeitas na reforma de 96 trens das linhas 1 e 3 do Metrô, nas quais a Siemens atuou. Naquele mesmo ano, Carvalho assumia a presidência do Cade. "Esse negócio da Siemens entrou no radar do Cade em 2012. Até chegar ao acordo de leniência, levou um tempo", disse o presidente do órgão.

'Alento'. A autodelação foi oficializada, enfim, em maio deste ano, o que detonou o escândalo. Nas palavras de Simão Pedro, foi "alento", já que as investigações não andavam no Ministério Público paulista. "Para minha sorte, (o caso) foi ao Cade. O Ministério Público sempre me disse que as provas que eu apresentei não eram suficientes para apresentar uma denúncia", disse o deputado.

Após o acordo de leniência vir à tona, o Ministério Público reativou 45 ações civis e abriu uma ação criminal para apurar as licitações dos governos tucanos e as suspeitas de pagamento de propina a agentes públicos.

O deputado estadual nega ter mantido contato com Carvalho durante seu período no Cade. Já Carvalho diz não aceitar "acusação de politização da investigação do cartel". "Se a empresa vem ao Cade, como o órgão pode ser acusado de estar politizando?", disse em 17 de agosto, numa reação às acusações dos integrantes do governo tucano segundo as quais o órgão estaria vazando informações de forma seletiva para atingir o PSDB." (grifou-se)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,cheife-do-cade-omite-ligacao-com-denunciante-de-cartel-dos-trens,1078513,0.htm>>.

Na data de 25 de setembro de 2013, a edição digital da Revista “Veja” publicou em seu sítio a seguinte notícia:

“Caso Siemens

Presidente do Cade é militante do PT há 13 anos

Além de ter sido assessor de político petista, Vinícius de Carvalho tem nome na lista dos filiados do diretório paulista desde 2000; ele afirma não pertencer mais ao partido

Além de ter trabalhado para um [deputado petista](#) na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o atual presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Vinícius Marques de Carvalho, é militante do Partido dos Trabalhadores (PT) há 13 anos. Carvalho filiou-se ao PT da capital paulista no dia 10 de abril do ano 2000, de acordo com dados oficiais da Justiça Eleitoral.

O presidente do Cade mantém sua filiação ativa e está com registro regular no diretório municipal da legenda, segundo consta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os partidos atualizam a relação de filiados duas vezes por ano. A lista em vigor foi enviada pelo PT ao TSE em 19 de abril. A Assessoria de Comunicação do Cade disse, porém, que Carvalho “já se desfiliou do PT há muitos anos”.

O Cade, responsável pela regulação econômica no país, atua na investigação de um cartel de empresas que fraudou licitações no sistema metroferroviário de governos do PSDB, em São Paulo, e do DEM, em Brasília. O cartel foi denunciado originalmente pelo deputado estadual Simão Pedro (PT) – de quem Carvalho foi chefe de gabinete entre março de 2003 e janeiro de 2004 – ao Ministério Público paulista. No entanto, o caso só foi confirmado em maio deste ano, quando a multinacional alemã Siemens firmou um acordo de leniência e delatou o funcionamento do esquema ao Cade. Carvalho já estava na presidência.

O secretário da Casa Civil do governo paulista, deputado Edson Aparecido (PSDB), saiu em defesa das gestões tucanas em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

agosto e acusou o Cade de ser "instrumento de polícia política" e de fazer "vazamento seletivo" de informações à imprensa.

À época, o Cade negara ao governo paulista acesso à cópia da documentação apreendida em cerca de vinte empresas integrantes do cartel e dos termos do acordo de leniência. A Justiça Federal liberou, mais tarde, parte da documentação aos procuradores do estado. Eles entraram com pedido de ressarcimento aos cofres públicos contra a Siemens na Justiça estadual.

Carvalho é formado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e tem dois doutorados: em Direito Comercial pela USP e em Direito Comparado pela Universidade Paris I (Panthéon-Sorbonne). Antes de presidir o Cade, trabalhou como conselheiro do Cade e assessor da presidência do órgão, assessor legislativo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, chefe de gabinete na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e secretário da Secretaria de Direito Econômico, no Ministério da Justiça. As informações são do currículo profissional de Carvalho, enviado pela ministra da Casa Civil Gleisi Hoffman em maio de 2012 – época em que o petista foi indicado à presidência do conselho.

Ele omitiu, no entanto, no currículo entregue aos senadores o trabalho como assessor legislativo na chefia de gabinete do deputado estadual Simão Pedro. Questionado, afirmou ter sido um "lapso".

Esclarecimentos – Carvalho deve ser convidado para dar explicações sobre a omissão do vínculo com o deputado Simão Pedro (PT) a senadores que o sabatinaram por ocasião de sua indicação à presidência do Cade. A iniciativa partirá do senador tucano Aloysio Nunes, líder da bancada do PSDB: "É muito grave isso. Já estou estudando quais as medidas políticas e judiciais cabíveis nesse caso. Mas vou pedir hoje mesmo que ele venha à comissão que o sabatinou, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para esclarecer o assunto".

Para o senador, a relação de Carvalho com o PT influenciou na indicação para o cargo. "Ele omitiu informações importantes que, seguramente, teriam influenciado a indicação", disse Aloysio.

O líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), discorda do colega e acredita que o fato de não haver descrição da ligação de Vinícius Carvalho com Simão Pedro tenha influenciado a indicação. "Currículo é uma coisa muito singular. Se for sem antecedente criminal, se isso não for provado, pode ser um simples esquecimento."



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Rigor – O governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), evitou comentar a relação entre Carvalho e o PT, mas disse que o caso deve ser apurado. "O que nós queremos é apuração. Apuração rigorosa", disse nesta quarta-feira durante visita a Araras, no interior de São Paulo.””

Disponível em:

<<http://veja1.abril.com.br/assets/images/2013/9/176980/viniciu-s-marques-de-carvalho-presidente-cade-20111110-002-size-598.JPG?1380117392>>.

Os fatos são graves e requerem uma apuração aprofundada.

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Assim, a convocação que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 2013.

Deputado VANDERLEI MACRIS
PSDB/SP

Deputado CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS